



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Os homens-placa

Uma cabeleira cor-de-rosa ou verde, um nariz de palhaço, luvas de Mickey gigantescas, pouco importa. Eis que surge numa esquina, e replica-se em outras dez, o personagem mais solitário de nossas ruas, o homem-placa das novas incorporações imobiliárias. Digo homem-placa, não porque ele seja vítima do velho sistema de ficar ensanduichado entre duas tábuas de madeira anunciando remédios ou espetáculos de teatro, nem porque, numa versão mais recente, amarrem-lhe ao corpo um meio colete de plástico amarelo para avisar que se compra ouro ali por perto. Ele é homem-placa porque sua função é mostrar, a cada encruzilhada mais importante do caminho, a direção certa para o novo prédio de apartamentos que está sendo lançado.

Durante uma época, a prática foi encostar carros velhíssimos, verdadeiras sucatas, numa vaga de esquina, colocando o anúncio do prédio em cima da capota. O efeito era ruim, sem dúvida. Como acreditar no luxo e na distinção do edifício Duvalier, com seu espaço gourmet e seu depósito de vinho individual, se todo o sonho estava montado em cima de um Opala 74 cor de tijolo com dois pneus no chão?

Eliminaram-se os carros-placa, assim como já pertencem ao passado os grandes lançamentos performáticos do mercado imobiliário. A coisa tinha, cerca de dez anos atrás, proporções teatrais. Determinado prédio homenageava a Nova York eterna: mocinhas eram contratadas para se fantasiarem de Estátua da Liberdade, com o rosto pintado de verde, a tocha de plástico numa mão, o folheto colorido na outra. Ou então era o Tio Sam, eram Marilyn e Kennedys, que ocupavam a avenida Brasil, a Nove de Julho, as ruas do Itaim.

Esses homens e mulheres-placa não se comparam sequer ao guardador de carros, que precisa impor certa presença ao cliente incauto. Estão ali graças à sua inexistência social. Só que sua função, paradoxalmente, é a de serem vistos; um cabelo azul, um gesto repetitivo apontando o caminho já bastam.

(Adaptado de: Marcelo Coelho, www.marcelocoelho.folha.blogspot.uol.com)

1. Os homens e mulheres-placa, no desempenho de sua função, evidenciam o paradoxo
- (A) da reduzida eficácia que esse antigo e bem-sucedido recurso publicitário obtém nos dias atuais.
 - (B) de se preservar o romantismo do passado na utilização de uma técnica moderna de comunicação.
 - (C) de se chamar a atenção para a ostensiva presença pública de quem está imerso no anonimato.
 - (D) da teimosa insistência dos empreendedores financeiros numa anacrônica tática de vendas.
 - (E) da resignação com que fazem de seus próprios corpos matéria de propaganda imobiliária.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Destituídos de qualquer qualidade pessoal, os homens-placa, em sua função mais recente, funcionam como meros sinalizadores físicos da localização dos negócios.
- II. No terceiro parágrafo, as referências à *Estátua da Liberdade*, *Marilyns* e *Kennedys* mostram como a propaganda se vale de imagens estereotipadas para incutir prestígio em certos produtos.
- III. A despersonalização a que se submetem os homens e mulheres-placa só não é maior do que a que sofre um guardador de carros.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) II, somente.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *replica-se em outras dez* (1º parágrafo) = contesta-se em dez outras.
- (B) *incorporações imobiliárias* (1º parágrafo) = admissões de imóveis.
- (C) *lançamentos performáticos* (3º parágrafo) = propulsões cuidadosas.
- (D) *impor certa presença* (4º parágrafo) = submeter a aparência.
- (E) *graças à sua inexistência social* (4º parágrafo) = devido à falta de sua identidade pública.

4. O autor justifica a afirmação *O efeito era ruim, sem dúvida*, (2º parágrafo) mostrando

- (A) o contrassenso de se anunciar um produto sofisticado por meio de um recurso grosseiro.
- (B) o modesto resultado financeiro que se obtém pela publicidade apoiada em homens-placa.
- (C) a ineficácia de uma propaganda sofisticada voltada para uma clientela de pouco poder aquisitivo.
- (D) a impossibilidade de se tentar exaltar simultaneamente aspectos contraditórios de um produto.
- (E) o píffio resultado obtido por quem busca valorizar o que é barato por meio de recursos baratos.

5. No 3º parágrafo, o autor se vale da expressão *A coisa* referindo-se, precisamente,

- (A) à eliminação mais que justificável dos carros-placa.
- (B) ao prestígio incontestado dos mais antigos recursos publicitários.
- (C) às características teatrais dos carros-placa.
- (D) aos desempenhos teatrais das campanhas imobiliárias.
- (E) ao inesperado crescimento do mercado imobiliário.



6. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Há momentos onde o afã de se fazer propaganda não mede esforços para lançar mão dos mais grotescos recursos.
- (B) Ainda se vê em grandes cidades as figuras antagônicas de pobres entalados em cartazes nos quais se diz venderem ouro.
- (C) Muitos acreditam ter requinte em morar num edifício de nome estrangeiro, além das novidades ligadas à onda de gastronomia.
- (D) Quando o corpo humano se reduz em suporte exclusivamente material para qualquer coisa, nossa dignidade deixa de ter preço.
- (E) Requer-se de um guardador de carros, diferentemente do que ocorre com um homem-placa, que tenha iniciativa e presença.

7. Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal na frase:
- (A) Destinam-se aos homens-placa um lugar visível nas ruas e nas praças, ao passo que lhes é suprimida a visibilidade social.
- (B) As duas tábuas em que se comprimem o famigerado homem-placa carregam ditos que soam irônicos, como "compro ouro".
- (C) Não se compara aos vexames dos homens-placa a exposição pública a que se submetem os guardadores de carros.
- (D) Ao se revogarem o emprego de carros-placa na propaganda imobiliária, poupou-se a todos uma demonstração de mau gosto.
- (E) Não sensibilizavam aos possíveis interessados em apartamentos de luxo a visão grotesca daqueles velhos carros-placa.

8. É preciso **corrigir**, devido à má estruturação, a redação da seguinte frase:
- (A) Não se sabe a quem ocorreu a ideia, uma vez que condomínios de luxo certamente não combinam com sucata, de que usaram como base de anúncio.
- (B) Alguém, num momento infeliz, teve a lamentável ideia de usar carros velhos como suporte de propaganda para a venda de imóveis de luxo.
- (C) Definitivamente, quem procura imóvel com espaço *gourmet* ou depósito de vinho individual não se deixará atrair pela propaganda apoiada num velho Opala de cor berrante.
- (D) Os homens-placa ficam ensanduichados entre tábuas ou pranchas de metal, transportando-as pelas ruas reduzidos às condições de suporte.
- (E) Sensibilizou-se o autor do texto com a condição humilhante desses homens e mulheres-placa, tratados como se fossem coisas, destituídos de sua humanidade.

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Meios e fins

O crítico José Onofre disse uma vez que a frase "não se faz uma omelete sem quebrar ovos" é muito repetida por gente que não gosta de omelete, gosta do barulhinho dos ovos sendo quebrados. Extrema esquerda e extrema direita se parecem não porque amam seus ideais, mas porque amam os extremos, têm o gosto pelo *crec-crec*.

A metáfora da omelete é "o fim justifica os meios", em linguagem de cozinha. O fim justificaria todos os meios extremos de catequização e purificação, já que o fim é uma humanidade melhor – só variando de extremo para extremo o conceito de "melhor".

Todos os fins são nobres para quem os justifica, seja uma sociedade sem descrentes, sem classes ou sem raças impuras. O próprio sacrifício de ovos pelo sacrifício de ovos tem uma genealogia respeitável, a ideia de regeneração (dos outros) pelo sofrimento e pelo sangue acompanha a humanidade desde as primeiras cavernas. Ou seja, até os sádicos têm bons argumentos. Mas o fim das ideologias teria decretado o fim do horror terapêutico, do mito da salvação pela purgação que o século passado estatizou e transformou no seu mito mais destrutivo.

O fracasso do comunismo na prática acabou com a desculpa, racional ou irracional, para o stalinismo. O tempo não redimiu o horror, o fim foi só a última condenação dos meios.

(Adaptado de: Luis Fernando Verissimo, **O mundo é bárbaro**)

9. Para o crítico José Onofre, muitos dos que repetem a frase "não se faz uma omelete sem quebrar ovos" querem, com ela,
- (A) justificar o difícil caminho que deve ser penosamente trilhado para se chegar a um bom resultado.
- (B) mascarar o gosto pela violência mesma dos processos radicais, independente dos objetivos finais.
- (C) revelar a necessidade da violência quando o fim último pretendido for o da conciliação permanente.
- (D) despertar a consciência de quem trabalha para o oportunismo de quem somente colhe os frutos do labor alheio.
- (E) ilustrar a tese de que aos mais altos ideais corresponde sempre a exigência dos mais altos sacrifícios.

10. As palavras *catequização* (doutrinação religiosa) e *purificação* (tornar puro, depuração, limpeza), do segundo parágrafo, têm, respectivamente, desdobramentos nas seguintes expressões do terceiro parágrafo:

- (A) sem classes e genealogia respeitável.
- (B) regeneração pelo sofrimento e o fim das ideologias.
- (C) sem descrentes e regeneração pelo sangue.
- (D) regeneração pelo sangue e sem classes.
- (E) o fim das ideologias e o mito da salvação.

11. Resume em linguagem correta o sentido do último parágrafo do texto o que está em:

- (A) A desculpa de que era necessário o horror do stalinismo, irremissível, desapareceu com o fracasso do comunismo.
- (B) Com o fim do comunismo sem remissão, pretendeu-se não haver mais desculpa mediante os horrores do stalinismo.
- (C) O fracasso do comunismo e do stalinismo não redimiram o tempo de horrores, tanto quanto a justificação dos meios.
- (D) Quem desculpasse, pela razão ou não, os horrores do stalinismo, não irá mais justificá-lo pelo fracasso do comunismo.
- (E) Os horrores do stalinismo e o fracasso do comunismo foram meios para fins condenáveis, ora cessados.

12. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher adequadamente a lacuna da frase:

- (A) Os ovos de que se (**compor**) a omelete ilustram o caso em que a violência de um ato se justifica pela causa a que serve.
- (B) A todos os meios extremos (**costumar**) corresponder, segundo os radicais, uma justificativa aceitável.
- (C) Mesmo aos maiores sádicos (**poder**) ocorrer uma certa direção de argumentos para justificar seus horrores.
- (D) Agrada aos extremistas propagar que, a menos que se (**quebrar**) ovos, nunca se fará uma omelete.
- (E) Aos sádicos (**dever**) agradar ouvir os ovos quebrando-se, como preâmbulo de uma omelete.



13. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Um fim talvez justificaria os meios caso estes implicarem sacrifícios que não se distribuam desigualmente.
 - (B) Ele acredita que haverão de justificar-se todos os meios quando os fins representarem um ganho de alcance coletivo.
 - (C) Tão logo fossem denunciados os horrores do stalinismo, os comunistas devem ter revisto suas antigas convicções.
 - (D) Será que alguém acreditou que uma sociedade sem classes e sem preconceitos possa ter-se formado num regime autoritário?
 - (E) Se a catequese pudesse propagar a fé religiosa sem recorrer à intimidação, talvez os convertidos tenham sido mais numerosos.
14. Pode-se substituir o elemento sublinhado pelo que está negrito entre parênteses, sem prejuízo para a correção e o sentido da frase, no seguinte caso:
- (A) Extrema esquerda e extrema direita se parecem não porque amam seus ideais, mas porque amam os extremos. (**não obstante**)
 - (B) Todos os fins são nobres para quem os justifica. (**com aquele que**)
 - (C) O próprio sacrifício de ovos pelo sacrifício de ovos tem uma genealogia respeitável. (**extrinsecamente**)
 - (D) (...) o fim é uma humanidade melhor – só variando de extremo para extremo o conceito de melhor. (**a menos que varie**)
 - (E) O fim justificaria todos os meios extremos, já que o fim é uma humanidade "melhor". (**porquanto**)
15. A exclusão das vírgulas NÃO alterará o sentido da seguinte frase:
- (A) O fracasso do comunismo, na prática, acabou com a desculpa para o stalinismo.
 - (B) Quem recorre aos meios extremos, condenados pelos democratas, costuma dá-los como necessários.
 - (C) Até mesmo os sádicos se valem, aqui e ali, de argumentos dados como irrefutáveis.
 - (D) Mesmo os stalinistas, que não acreditavam nesses horrores, passaram a execrar seu velho ídolo.
 - (E) As metáforas, que costumam tornar mais concretas as ideias, são úteis e expressivas.
- Noções de Informática**
16. *Windows Flip* e *Windows Flip 3D* são funcionalidades para gerenciar janelas. Em relação aos sistemas operacionais *Windows XP* e *Windows Vista* é correto afirmar:
- (A) Ambos integram as duas funcionalidades.
 - (B) O XP utiliza apenas o *Flip* por meio da combinação das teclas *Alt* e *Tab*.
 - (C) No *Vista* inexistente o *Flip*, já que o *Flip 3D* engloba as duas funcionalidades.
 - (D) No *Vista*, o *Flip 3D* é utilizado por meio da combinação das teclas logotipo *Windows* e *Tab*.
 - (E) O XP utiliza apenas o *Flip* por meio da combinação das teclas logotipo *Windows* e *Tab*.
17. No *Microsoft Word 2003* a utilização dos assistentes é configurada a partir do menu *Ajuda* e, em casos específicos um assistente pode ser encontrado em outro menu da barra de menus. No *BrOffice.org 3.1 Writer*, os assistentes estão disponíveis no item *Assistentes* do menu
- (A) Arquivo.
 - (B) Editar.
 - (C) Exibir.
 - (D) Formatar.
 - (E) Ferramentas.
18. No *Mozilla Thunderbird 2.0*,
- (A) a agenda permite configurar vários tipos de alarmes de compromissos.
 - (B) contas de usuários de *webmail* podem ser acessadas pelo *Thunderbird* simplesmente fornecendo o nome de usuário e senha.
 - (C) tentativas de golpe, no qual a mensagem recebida é usada para convencer o usuário a fornecer dados pessoais, são alertadas pela ferramenta *anti-spam*.
 - (D) uma conexão segura pode ser configurável por meio do protocolo SMTP.
 - (E) o campo *Cco* é utilizado para criptografar a mensagem a ser enviada.
19. Na Internet,
- (A) *Cookies* são grupos de dados gravados no servidor de páginas, acerca de costumes de navegação do usuário para facilitar seu próximo acesso ao *site*.
 - (B) um serviço de banda larga ADSL pode disponibilizar velocidade superior a 10 MB, quando conectado à porta serial.
 - (C) um serviço hospedado em um servidor pode ser acessado pela URL ou pelo seu endereço IP.
 - (D) uma forma de se fazer uma pesquisa com maior objetividade e se obter respostas mais próximas do tema pesquisado em *sites* de busca é fazer uma pergunta direta, encerrada com ponto de interrogação.
 - (E) o *download* é uma transferência de arquivos de algum ponto da Internet para o computador do usuário, por meio do servidor SMTP.
20. Em relação a organização e gerenciamento de arquivos e pastas no ambiente *Windows XP*, é correto afirmar:
- (A) No *Windows Explorer*, o bloqueio de uma pasta para uso apenas de seu proprietário é indicado pela presença da figura de uma mão integrada ao respectivo ícone.
 - (B) O uso combinado das teclas *Shift*, *Alt* e *Del* serve para apagar um arquivo, sem que ele seja encaminhado para a lixeira.
 - (C) A organização de pastas e arquivos pode ser feita dentro do painel esquerdo do *Windows Explorer*.
 - (D) A renomeação de uma pasta ou arquivo pode ser feita tanto no painel esquerdo quanto no painel direito do *Windows Explorer*.
 - (E) Usar o mouse para arrastar um arquivo de uma pasta para outra, dentro do mesmo *drive* de disco é uma operação de recortar e colar, sucessivamente.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. Sobre a competência da União, dos Estados e do Distrito Federal de legislar concorrentemente, é correto que
- (A) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- (B) a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- (C) os Estados, existindo Lei Federal sobre normas gerais, exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- (D) a superveniência de Lei Federal sobre normas gerais não suspende a eficácia da Lei Estadual, mesmo no que lhe for contrário.
- (E) os três poderão legislar concorrentemente sobre trânsito e transporte.
-
22. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo que
- (A) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- (B) independe de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias de empresa pública, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada, sendo necessária aprovação do Poder Executivo.
- (C) as obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação, serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, não sendo mantidas, no entanto, as condições efetivas da proposta.
- (D) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta não poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
- (E) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter prioritário com o fim de marcar os benefícios da administração pública em prol da democracia, dela podendo constar imagens que caracterizem promoção pessoal de servidores públicos que desempenharam sua função com zelo e dedicação para lhe dar o devido reconhecimento popular.
-
23. No tocante ao Tribunal de Contas da União, é correto afirmar que:
- (A) É integrado por onze Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- (B) As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa deverão ser submetidas ao crivo do Congresso Nacional em sessão legislativa por ambas as Casas, sendo que a decisão do Senado Federal terá eficácia de título executivo.
- (C) O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, semestralmente, relatório de suas atividades.
- (D) No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- (E) O auditor, quando em substituição a Ministro não terá as mesmas garantias e impedimentos do titular.
-
24. No que concerne ao Poder Judiciário, a Constituição Federal estabelece a necessidade de ser observado o princípio da alternância quanto aos critérios de antiguidade e merecimento na promoção de entrância para entrância, atendida, dentre outras, a seguinte norma:
- (A) Não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
- (B) A promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quarta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.
- (C) Aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência, sendo dispensável aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento.
- (D) Na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de um terço de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.
- (E) É obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.
-
25. Deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos, de competência do Supremo Tribunal Federal, o
- (A) Procurador-Geral da República.
- (B) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) Presidente da República.
- (D) Governador do Estado.
- (E) Ministro Chefe da Casa Civil.

**Direito Administrativo**

26. A permissão de serviço público
- (A) tem por objeto a execução de serviço público, razão pela qual a titularidade do serviço fica com o permissionário.
 - (B) é formalizada mediante contrato de adesão, precário e revogável unilateralmente pelo poder concedente.
 - (C) pressupõe que o serviço seja executado pelo permissionário, todavia, a responsabilidade por sua execução pertence a ele e ao poder concedente.
 - (D) não pode ser alterada a qualquer momento pela Administração.
 - (E) independe de licitação, ao contrário do que ocorre na concessão de serviço público.
27. Considere a seguinte hipótese: a Administração Pública aplicou pena de suspensão a determinado servidor, quando, pela lei, era aplicável a sanção de repreensão. O fato narrado caracteriza
- (A) vício na finalidade do ato administrativo e acarretará sua revogação.
 - (B) ato lícito, tendo em vista o poder discricionário da Administração Pública.
 - (C) vício no objeto do ato administrativo e acarretará sua anulação.
 - (D) vício no motivo do ato administrativo, porém não necessariamente constitui fundamento para sua invalidação.
 - (E) mera irregularidade formal, não constituindo motivo para sua anulação.
28. De acordo com a Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a remoção de servidor público
- (A) não é cabível, a pedido, para outra localidade, a fim de acompanhar companheiro, também servidor público civil da União, que foi deslocado no interesse da Administração Pública.
 - (B) pode se dar de ofício ou a pedido, sendo, nesta segunda hipótese, sempre dependente do interesse da Administração Pública.
 - (C) ocorre somente no âmbito do mesmo quadro.
 - (D) pressupõe sempre mudança de sede ou função.
 - (E) é cabível, a pedido, para outra localidade, em razão de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for inferior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
29. Nos termos da Lei nº 9.784/99, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar:
- (A) Não é dever do administrado prestar informações solicitadas pela Administração, pois caracterizaria afronta a princípios constitucionais, como a liberdade e a democracia.
 - (B) É possível, como regra, a renúncia de competências.
 - (C) Considera-se entidade a unidade de atuação sem personalidade jurídica.
 - (D) É possível a impulsão, de ofício, do processo pela Administração e, assim ocorrendo, dar-se-á com prejuízo da atuação de interessados, por prevalecer o interesse público.
 - (E) Autoridades e servidores deverão facilitar o exercício dos direitos dos administrados.

30. De acordo com a Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, a medida de indisponibilidade de bens
- (A) consiste em forma de tutela precedida de cognição plena e exauriente.
 - (B) destina-se a todas as modalidades de ato ímprobo.
 - (C) é decretada pelo Ministério Público.
 - (D) recairá somente sobre o acréscimo patrimonial, na hipótese de ato ímprobo que importe enriquecimento ilícito.
 - (E) exige, para seu deferimento, apenas a prova do risco de dilapidação patrimonial.

Noções de Administração Pública

31. A respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, considere as seguintes assertivas:
- I. A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
 - II. A LDO orientará a elaboração do plano plurianual, disporá sobre as alterações na legislação previdenciária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
 - III. A LDO busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e III.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) III.

32. De acordo com a Resolução nº 70 do Conselho Nacional da Justiça, no tema “eficiência operacional” o projeto catalogado do “plenário virtual” é do
- (A) Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Tribunal Superior do Trabalho.
 - (C) Tribunal Superior Eleitoral.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) Tribunal de Justiça do Acre.

33. De acordo com a Resolução nº 49 do Conselho Nacional de Justiça, o núcleo de estatística e gestão estratégica será composto por servidores com diversas formações acadêmicas, sendo **indispensável** servidor com formação em
- (A) ciência da informação.
 - (B) administração.
 - (C) economia.
 - (D) direito.
 - (E) estatística.

34. De acordo com o Decreto-Lei nº 200/67, no Ministério da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, o Gabinete do Ministro é um órgão de
- (A) Direção Geral.
 - (B) Direção Setorial.
 - (C) Apoio.
 - (D) Assessoramento.
 - (E) Gerenciamento estratégico.



35. Para os fins do Decreto-Lei nº 200/67, autarquia é

- (A) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.
- (B) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa.
- (C) o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- (D) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa.
- (E) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com fins lucrativos, criada por lei, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção.

Direito Civil

36. A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, é correto afirmar:

- (A) Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer delas poderá alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- (B) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- (C) Considera-se coação a ameaça do exercício normal de um direito, bem como o simples temor reverencial.
- (D) Não se presumem fraudatórias dos direitos dos outros credores as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.
- (E) Se uma pessoa, por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, o negócio será anulado inclusive se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.

37. Não corre a decadência, nem a prescrição contra os

- (A) que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (B) maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (C) ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
- (D) que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- (E) pródigos.

38. Nas obrigações

- (A) divisíveis, se um dos credores remitir a dívida, a obrigação ficará extinta para com os outros.
- (B) de fazer, se o fato puder ser realizado por terceiro, será livre ao credor mandá-lo executar à custa do devedor, havendo recusa ou mora deste, o que o isentará da responsabilidade por perdas e danos.
- (C) alternativas, se o título deferir a opção a terceiro, e este não quiser, ou não puder exercê-la, a escolha caberá ao credor.
- (D) de dar coisa certa, se a obrigação for de restituir coisa certa e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
- (E) solidárias, havendo solidariedade ativa, convertendo-se a prestação em perdas e danos, extingue-se, para todos os efeitos, a solidariedade.

39. Se a coisa recebida em virtude de contrato comutativo apresentar defeitos ocultos que a tornem imprópria ao uso a que é destinada ou lhe diminuam o valor,

- (A) o adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço, no prazo de um ano, se a coisa for imóvel, contado da entrega efetiva.
- (B) a responsabilidade do alienante não subsiste se a coisa perecer em seu poder por vício oculto já existente ao tempo da tradição.
- (C) o prazo para o adquirente obter a redibição ou abatimento no preço conta-se da alienação, ficando reduzido a um terço se já estava na posse da coisa.
- (D) o alienante sabendo do vício ou defeito da coisa, deverá devolver ao comprador o dobro do que recebeu e o dobro das perdas e danos.
- (E) o alienante desconhecendo o vício ou defeito da coisa, deverá devolver ao comprador o valor recebido, as despesas do contrato, além de perdas e danos.

Direito Processual Civil

40. É competente o foro do

- (A) domicílio ou da residência do alimentante para a ação em que se pedem alimentos.
- (B) domicílio ou residência do alimentante para a ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos.
- (C) lugar do extravio ou da destruição para a ação de anulação de títulos extravaviados ou destruídos.
- (D) domicílio do autor para a ação em que for ré a sociedade que carece de personalidade jurídica.
- (E) lugar do ato ou fato para a ação em que for réu o administrador ou gestor de negócios alheios.

41. A petição inicial NÃO poderá

- (A) conter pedido genérico, mesmo se a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.
- (B) ser considerada inepta quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.
- (C) ser aditada depois da citação sem o consentimento do réu, mesmo se o autor arcar com as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.
- (D) ser considerada inepta quando contiver pedidos incompatíveis entre si.
- (E) conter mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.



<p>42. A respeito da audiência de instrução e julgamento, considere:</p> <p>I. A audiência poderá ser adiada, somente um vez, por convenção das partes.</p> <p>II. Quem der causa ao adiamento responderá pelas despesas acrescidas.</p> <p>III. Em virtude da amplitude do direito de defesa, o juiz não poderá, ouvidas as partes, fixar os pontos controvertidos sobre os quais incidirá a prova.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I. (B) I e II. (C) I e III. (D) II e III. (E) III.</p>	<p>46. A Consolidação das Leis do Trabalho prevê a possibilidade de uma variação de horário no registro de ponto que não será descontado nem computado como jornada extraordinária. Esta variação de horário possui o limite máximo diário de</p> <p>(A) seis minutos. (B) sete minutos. (C) oito minutos. (D) dez minutos. (E) quinze minutos.</p>
<p>43. A respeito da ação rescisória, é correto afirmar que</p> <p>(A) não são cabíveis as medidas de natureza cautelar ou antecipatória de tutela. (B) o simples ajuizamento da ação rescisória impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo. (C) o terceiro juridicamente interessado tem legitimidade para propor a ação. (D) o direito de propor a ação rescisória se extingue em cinco anos, contados do trânsito em julgado da decisão. (E) a petição inicial ajuizada pelo Ministério Público não poderá ser indeferida.</p>	<p>47. Considere as seguintes situações ocorridas durante o período aquisitivo de férias:</p> <p>I. Empregado deixa o emprego e é readmitido dentro de quarenta dias subsequentes à sua saída.</p> <p>II. Empregado que deixar de trabalhar, com percepção do salário, por trinta e cinco dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.</p> <p>III. Empregado que tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por três meses descontínuos.</p> <p>IV. Empregado que deixar de trabalhar, com percepção do salário, por sessenta dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, não terão direito a férias as situações indicadas APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) I e IV. (C) II e III. (D) II e IV. (E) III e IV.</p>
<p>44. Os embargos de terceiro podem ser opostos</p> <p>(A) por quem for parte no processo e sofrer esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial. (B) no processo de execução, até o dia da arrematação, adjudicação ou remissão. (C) por quem for parte no processo e sofrer turbação na posse de seus bens por ato de apreensão judicial. (D) no processo de conhecimento, até o último dia do prazo para resposta do réu. (E) pelo credor com garantia real para obstar a alienação judicial do objeto da hipoteca, penhor ou anticrese.</p>	<p>48. Fábio, empregado da empresa Alpha, pretende converter um terço do período de férias a que tem direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes. Neste caso, o abono de férias</p> <p>(A) deverá ser requerido até quinze dias antes do término do período aquisitivo. (B) poderá ser requerido a qualquer tempo. (C) deverá ser requerido dezoito dias antes do término do período aquisitivo. (D) deverá ser requerido até trinta dias após o término do período aquisitivo. (E) deverá ser requerido até quinze dias após o término do período aquisitivo.</p>
<p style="text-align: center;">Direito do Trabalho</p> <p>45. Karina e Mariana residem no pensionato de Ester, local em que dormem e realizam as suas refeições, já que Gabriela, proprietária do pensionato, contratou Abigail para exercer as funções de cozinheira. Jaqueline reside em uma república estudantil que possui como funcionária Helena, responsável pela limpeza da república, além de cozinhar para os estudantes moradores. Abigail e Helena estão grávidas. Neste caso,</p> <p>(A) nenhuma das empregadas são domésticas, mas ambas terão direito a estabilidade provisória decorrente da gestação. (B) ambas são empregadas domésticas e terão direito a estabilidade provisória decorrente da gestação. (C) somente Helena é empregada doméstica, mas ambas terão direito a estabilidade provisória decorrente da gestação. (D) somente Abigail é empregada doméstica, mas ambas terão direito a estabilidade provisória decorrente da gestação. (E) ambas são empregadas domésticas, mas não terão direito a estabilidade provisória decorrente da gestação.</p>	<p>49. O FGTS é regido por normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador,</p> <p>(A) cujos representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes terão mandato de dois anos, vedada a recondução. (B) presidido pelo representante do Tesouro Nacional. (C) presidido pelo representante da Caixa Econômica Federal. (D) cujos membros representantes dos trabalhadores têm estabilidade no emprego da inscrição da candidatura até cinco meses após o término do mandato. (E) que reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu Presidente.</p>



50. Messias e Agildo trabalham na empresa H. Messias pretende a equiparação salarial com Agildo e para isso consultou sua advogada, a Dra. Mônica, que lhe respondeu que, para a equiparação salarial,
- (A) em qualquer hipótese, é necessário que, ao tempo da reclamação o reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento.
- (B) o conceito legal de "mesma localidade" refere-se, em princípio, ao mesmo município, ou a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana.
- (C) em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego e não na função.
- (D) é necessário que o empregado e o paradigma exerçam a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, em cargos com a mesma denominação.
- (E) não há equiparação salarial de trabalho intelectual, uma vez que não há como avaliar a perfeição técnica.

51. Considere as seguintes assertivas:

- I. As organizações de trabalhadores e de entidades patronais estão sujeitas à suspensão por via administrativa.
- II. Os trabalhadores e as entidades patronais, sem distinção de qualquer espécie, têm o direito, sem autorização prévia, de constituírem organizações da sua escolha.
- III. As organizações de trabalhadores e de entidades patronais têm o direito de elaborar os seus estatutos e regulamentos administrativos, mas devem submetê-los a registro em órgão público para a análise da legalidade e adequação aos interesses nacionais.

De acordo com a Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

Direito Processual do Trabalho

52. Magda ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa QI com valor da causa de R\$ 80.000,00. No curso da reclamação trabalhista as partes se compuseram amigavelmente e a empresa QI comprometeu-se a pagar a importância de R\$ 50.000,00 a Magda. De acordo com o Consolidado das Leis do Trabalho, se de outra forma não dispuserem as partes, a empresa QI pagará a título de custas, o valor de
- (A) R\$ 400,00
- (B) R\$ 500,00
- (C) R\$ 800,00
- (D) R\$ 1.000,00
- (E) R\$ 1.600,00

53. A procuração *apud acta* é o mandato

- (A) com vigência previamente estipulada.
- (B) passado a advogado dativo para fins específicos e determinados logo após a intimação da reclamada.
- (C) passado em audiência perante o Juiz do Trabalho.
- (D) para fins genéricos com permissão expressa para substabelecer.
- (E) para fins genéricos que veda expressamente o substabelecimento.

54. Com relação às nulidades, o princípio da transcendência é aquele que prevê que

- (A) deverão ser declaradas *ex officio* as nulidades fundadas em incompetência de foro, sendo considerados nulos os atos decisórios.
- (B) o juiz, quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- (C) anulado o ato reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes, que dele dependam.
- (D) a nulidade de uma parte do ato prejudicará as outras, mesmo que dela sejam independentes.
- (E) só haverá nulidade nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

55. A respeito das provas, considere as seguintes assertivas:

- I. A testemunha que for parente consanguíneo ou afim de uma das partes até o terceiro grau civil é considerada suspeita.
- II. A perícia no processo do trabalho pode ser realizada tanto na fase de conhecimento quanto na de execução.
- III. O recibo de pagamento que contém assinatura do empregado, mas menciona valor de salário que o empregado efetivamente não recebeu, contém falsidade ideológica e não serve como prova.
- IV. O interdito por demência é impedido de depor, tratando-se de uma das hipóteses de impedimento de testemunha prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.



56. Bruna ajuizou reclamação trabalhista em face de sua empregadora doméstica, Vanessa. A reclamação foi julgada procedente e Vanessa condenada a pagar a Bruna a quantia de R\$ 15.000,00. Na fase de execução de sentença, Vanessa pretende nomear bens a penhora, tendo em vista que está sem recursos financeiros no momento para saldar a dívida. Considerando que Vanessa é proprietária de um terreno; de um veículo; de pedras e metais preciosos; de títulos da dívida pública da União e de sete geladeiras, de acordo com a ordem de preferência estabelecida na legislação processual, dentre os bens de Vanessa, obedecendo a ordem legal, ela deverá nomear

- (A) as pedras e metais preciosos.
- (B) as geladeiras.
- (C) o terreno.
- (D) o veículo.
- (E) os títulos da dívida pública da União.

57. Considere as seguintes situações:

- I. O processo Azul foi extinto com resolução de mérito, tendo em vista que o juiz acolheu a alegação de decadência da reclamada.
- II. O processo Branco foi extinto sem resolução de mérito, tendo em vista que o juiz acolheu alegação de litispendência.
- III. No processo Preto, o juiz indeferiu a petição inicial por inépcia.
- IV. No processo Vermelho, o juiz determinou a realização de perícia contábil para apuração de eventual pagamento ao reclamante não constante em folha.

Caberá recurso ordinário APENAS no(s) processo(s)

- (A) Azul.
- (B) Azul e Branco.
- (C) Branco e Preto.
- (D) Preto e Vermelho.
- (E) Azul, Branco e Preto.

**Regimento Interno do Tribunal
Regional do Trabalho da 14ª Região**

58. Quanto a declaração de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público, é INCORRETO afirmar:

- (A) A arguição de inconstitucionalidade somente poderá ser suscitada a requerimento do Ministério Público do Trabalho pelo Relator, antes de concluído o relatório.
- (B) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros poderá o Tribunal Pleno declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, na forma da Constituição Federal.
- (C) A decisão declaratória de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público, observadas as exigências regimentais, motivará a edição de Súmula.
- (D) Resolvida a questão constitucional, o julgamento do mérito dar-se-á de acordo com o que houver sido decidido quanto à referida prejudicial.
- (E) A decisão que declarar imprescindível o pronunciamento prévio do Tribunal Pleno sobre a inconstitucionalidade de ato normativo do Poder Público é insuscetível de recurso nessa fase, sem prejuízo de recurso próprio.

59. Quanto aos recursos, considere:

- I. Caberá decisão monocrática com rejeição liminar da remessa necessária, dentre outras hipóteses, quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- II. No recurso ordinário em rito sumaríssimo, havendo provimento parcial do recurso, além da parte dispositiva, poderão constar da certidão de julgamento apenas as respectivas razões e o registro de que, no mais, negou-se acolhida pelos fundamentos da própria sentença.
- III. Improvido o Agravo de Instrumento ou os embargos, o revisor deliberará, no prazo de 3 dias, sobre o julgamento do recurso, observando-se, em qualquer caso, o procedimento relativo ao recurso ordinário.
- IV. O agravo regimental, após protocolado no Tribunal, mas antes de juntado aos autos principais, poderá ser concluso ao Magistrado prolator do despacho agravado, que embora não possa reconsiderar o seu ato, deve submetê-lo ao julgamento da Câmara, a quem caiba a competência.
- V. Quando uma das partes postular efeito modificativo do acórdão, mediante os embargos de declaração, e sendo plausível a hipótese de o Relator imprimi-lo, não será aberta vista dos autos à parte contrária, devendo os autos serem imediatamente remetidos ao Revisor, que os remeterá a julgamento na primeira sessão do Tribunal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e V.
- (C) II, III e V.
- (D) III e IV.
- (E) IV e V.

60. Em relação à suspensão da execução de liminar, de tutela antecipada e de liminar em ação civil pública concedidas pelos Juízes Federais do Trabalho nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, é correto que

- (A) o Presidente, em qualquer caso, ouvirá o autor em cinco dias e, em igual prazo, o Ministério Público do Trabalho, na hipótese ter sido ele requerente da medida.
- (B) do despacho que conceder a suspensão caberá reexame necessário, com efeito suspensivo, no prazo de cinco dias.
- (C) a suspensão vigorará até a sentença enquanto pender o recurso, ficando sem efeito se a decisão concessiva da medida for mantida pelo órgão julgador ou transitar em julgado.
- (D) não se aplica a suspensão à sentença proferida em processo de ação cautelar inominada e à sentença concessiva de mandado de segurança, enquanto não transitadas em julgado.
- (E) da decisão que suspender a medida liminar na ação civil pública caberá agravo de instrumento para o Tribunal.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**

Atenção: A Prova Discursiva – Redação deverá ter extensão mínima de 20 e máxima de 30 linhas.

Discorra sobre o Agravo de Instrumento no Processo Trabalhista mencionando:

- hipóteses de cabimento;
- procedimento;
- formação do instrumento;
- competência para julgamento.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	